

A PROPÓSITO

DO PRÉMIO DE NOVELÍSTICA

Entendem os meios intelectuais de Angola a necessidade de guarnecer a «trincheira» da cultura portuguesa e defendê-la das infiltrações do inimigo

LUANDA, 24. — Os meios intelectuais de Angola entendem que o episódio registado com o júri da Sociedade de Escritores revela a necessidade imprescindível de guarnecer e defender a «trincheira» da cultura portuguesa, mormente nos sectores de maior contacto com as massas populares. Entende-se que esse baluarte não pode estar à mercê das infiltrações do inimigo ou dos traidores, quer se trate de jornais, emissoras, editoras, importadoras e distribuidoras de livros e publicações.

Focando o assunto, «O Comércio» insere um editorial sob o título «Trincheira Abandonada», no qual, depois de ponderar pormenorizadamente os aspectos da grande batalha, entre a civilização ocidental e o marxismo, afirma:

«Não escapámos, nós, portugueses, a sermos envolvidos nessa batalha. E não havia como escapar, uma vez que a península hispânica é posição-chave da velha Europa e a nossa contextura de nação pluricontinental faz-nos no presente em dilatadas partes do globo.

Por isso, nas fronteiras da Guiné, como nas de Angola ou Moçambique, nós batemos também contra as hordas aliadas do marxismo internacional, empunhando armas indiferentemente enviadas da Rússia, da Checoslováquia, da China ou da Argélia. Isto não é mera imagem literária, porque está largamente comprovado nos arsenais capturados ao inimigo.»

Mais adiante, depois de analisar os aspectos da infiltração comunista e o esforço nacional para manter invioláveis as nossas fronteiras, o articulista pergunta: «Mas fizemos quanto devíamos? Consolidámos convenientemente todas as posições? Guarnecemos devidamente todas as trincheiras?»

Factos bem recentes provam bem que não! Combatemos, peito aberto, o inimigo de armas na mão. Cuidamos de que ele não nos surpreenda na retaguarda. Vigiamos estreitamente as fronteiras terrestres, marítimas, fluviais e aéreas. Mas deixámos-lhe, lamentavelmente, aberta a trincheira da subversão dos espíritos com a máxima amplitude em todas as camadas do pensamento e da opinião.»

A terminar e depois de analisar as possíveis causas dessa infiltração, afirma: «Pois bem; cremos chegado o momento de operar abertamente a recuperação dessa tão valiosa trincheira! Tal como nos combates de armas na mão, nenhuma posição está definitivamente perdida, enquanto restarem as possibilidades de rectificação dos movimentos e se dispuser de forças capazes de as levarem a cabo. Para isso, não basta expurgar de umas quantas pretensas «Páginas Literárias» os fermentos vivos da subversão, quer se apresentem com os verdadeiros nomes, quer ocultos sob disfarce ou pseudónimos. Há que ir mais além, contrapondo-lhes a divulgação insistente dos valores positivos da cultura portuguesa—e não só do passado e não só aqueles que uma errada política contemporizadora tem permitido que se atirem para a prateleira como ultrapassados—mas também com uma colaboração activa de valores actuais e de novos valores. Há uma importante trincheira que deixámos cair em poder do adversário, apenas porque a abandonámos—por comodismo, por desinteresse, até mesmo só para não parecermos reacccionários e para querermos dar a impressão de progressistas—factos recentíssimos, cuja gravidade ninguém ousará minimizar, demonstram de modo concludente a importância dessa trincheira, que tão levemente abandonámos.

Reconquistemo-la, pois!» — (L.).

Telegramas de protesto contra a atitude da extinta Sociedade de Escritores

Continua a ser em numero elevado os telegramas, cartões e outras missivas chegadas à Presidência do Conselho e aos gabinetes dos ministros do Ultramar, do Exército e da Educação Nacional, enviados por pessoas das mais diversas representações e categorias sociais, de protesto contra a decisão do júri da Sociedade Portuguesa de Escritores pela concessão do prémio da literatura novelística a um indivíduo condenado criminalmente por actividades de terrorismo na província de Angola, e simultaneamente de inteiro apoio ao despacho ministerial que determinou a extinção da referida Sociedade.

Quanto aos telegramas recebidos no Ministério do Exército, os seus signatários são, em grande parte, militares de todas as patentes que estiveram em comissão de serviço no Ultramar e de famílias de outros que ali perderam a vida em campanha na luta contra os terroristas.

Entre as mensagens de aplauso dirigidas ao sr. prof. Galvão Teles, titular da pasta da Educação Nacional, pelo seu despacho, registamos hoje os dos srs. presidente da Câmara Municipal de Lisboa; deputados Gonçalves Rodrigues, José Alberto de Carvalho, António Santos da Cunha e Baptista Felgueiras; governadores civis de Aveiro e de Braga; vice-reitor da Universidade de Lisboa; governador e administradores do Banco de Fomento; direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; embaixadores José Golinzi e Xara Brasil; profs. drs. Gustavo Cordeiro Ramos, Joaquim Silva Godinho e Rios de Sousa; presidente da Comissão Regional de Turismo de Leiria; Agência de Lisboa da Liga dos Combatentes, delegação do Movimento Nacional Feminino do Viseu, Nucleo do Faro da Liga dos Antigos Graduados da M. P., Casa da Mocidade da Alcôa e Grémio da Lavoura de Alcácer do Sal; comissário nacional da M. P.; reitores dos liceus da Póvoa de Varzim, de Setúbal e de Viseu; padre José Gonçalves, de Beja; escritores Rodrigues Cavalheiro, Henrique António Pereira, Goulart Nogueira, Luis Nozes Tavares, Anibal José e Manuela Reis; César Augusto e Manuel Lereño, em nome do Grupo de Teatro Gil Vicente; padre Pereira da Silva, em nome da Congregação dos Irmãos Maristas de que é provincial; direcções do Externato Paiva Couceiro, de Mira de Aire, do Colégio de Estarreja, da Escola Académica, do Colégio de S. Francisco de Assis e da Escola Asilo de S. Pedro de Alcantara; professores do ensino primário dos concelhos de Belmonte, de Castelo Branco, de Castro de Aire, do Fundão, de Idanha-a-Nova, de Oleiros, de Pampilhosa da Serra, de Proença-a-

Nova, da Sertã e de Vila de Rei; professores e alunos da Escola do Magistério Primário de Évora; presidentes dos Municípios de Agueda, Albufeira, Aveiro, Anadia, Arouca, Albergaria-a-Velha, Vila do Conde, S. Pedro do Sul, Baião, Viseu, Vale de Cambra, Murtosa, Nisa, Ovar, Espinho, Ílhavo, Fundão, S. João da Madeira, Oliveira do Bairro, Vagos, Sever do Vouga, Castelo de Paiva, Oliveira de Azeméis, Feira, Estarreja e Mealhada; revista «Itinerário», jornal «Combate», professores cate-dráticos, oficiais dos três ramos das Forças Armadas, magistrados, etc.

Muitos estudantes dirigiram, também, telegramas de aplauso ao ministro Galvão Teles, nomeadamente o presidente da Associação de Estudantes de Medicina Veterinária, em nome da colectividade; o secretário-geral da Acção Académica, em nome dos filiados do patriótico movimento estudantil; e um numeroso grupo de estudantes universitários de Coimbra, a manifestarem a «sua profunda indignação pela torpe manobra política que constituiu a atribuição de um prémio a um terrorista angolano».

O protesto dos homens de letras de Angola

Um dos muitos telegramas recebidos na Presidência do Conselho:

«Grupo homens letras Angola galardoados prémios provinciais nacionais estrangeiros apoia calorosamente atitude Governo extinguindo Sociedade Escritores dita portuguesa como responsável grave afronta cometida contra cultura portuguesa atribuindo prémio novelística obra «Lunanda» que consideram absolutamente inferior tanto sua temática como efabulação além disso ultraja deliberadamente sagrado património língua portuguesa não podendo igualmente esquecer visíveis intenções políticas sobredita obra cujo autor foi condenado por graves responsabilidades terrorismo que desde 1961 ensanguenta Angola enlutando tantas famílias portuguesas. Respeitosos cumprimentos. Oscar Ribas, Reis Ventura, Gabriello Altamira, Agnelo Oliveira, Alfredo Diogo Junior, Mesquitella Lima, Martinho Castro, António Pires, Almeida Santos, Lagrifa Fernandes, Mário Milheiros, Mário Mota, Horácio Silva e Ferreira da Costa».

Um telegrama do presidente da Fundação Gulbenkian ao governador-geral de Angola

LUANDA, 24. — O presidente da Fundação Calouste Gulbenkian dirigiu ao governador-geral de Angola o seguinte telegrama:

«Tenho a honra de informar V. Ex.ª que a Fundação Calouste Gulbenkian não tem qualquer intervenção na constituição dos júris que atribuem os prémios literários da Sociedade dos Escritores Portugueses, nem nas suas resoluções que só conhece depois de definitivamente tomadas e publicadas. A Fundação limita-se a subsidiar uma instituição cultural portuguesa legalmente constituída para o efeito de exercer um dos seus fins estatutários. Afirmando mais uma vez a V. Ex.ª a minha repulsa pelos actos de terrorismo praticados nessa província e a minha inteira solidariedade moral com as suas vítimas. Respeitosos cumprimentos. — Azeredo Pêrdigo.» — (L.).